

Crescem os rumores de que o Brasil terá de comprar Letras dos EUA no mercado

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O rumor de que o governo brasileiro terá de comprar no mercado cerca de US\$ 2,8 bilhões em Letras do Tesouro dos EUA como garantia para os novos bônus de seu Plano Brady vem se espalhando há alguns dias. Um analista do JP Morgan, Anjli Bathia, talvez tenha tocado no ponto que alimenta a especulação do mercado.

Ele observa que o Departamento do Tesouro, em outros casos recentes, considerou necessário que o país interessado numa emissão especial de bônus de cupom zero como colateral tivesse um acordo "standby" com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil não tem, e no último dia 30 o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, considerou difícil que o acordo esteja de pé na última data para concluir o Plano Brady do País, 30 de novembro próximo.

Além disso, acrescenta Bathia, a Argentina também quis essa emissão especial, tinha um acordo como FMI e mesmo assim não conseguiu. A premissa parece ser a de que o Brasil talvez também não consiga. Várias razões etariam por trás da histórica mudança de ontem na cotação da Letra do Tesouro dos EUA de 30 anos de prazo, cuja cotação é próxima do bônus de cupom zero que o Brasil terá de adquirir.

Segundo uma análise da AP Dow Jones, a compra de estoques desses bônus no mercado secundário pelo governo brasileiro seria uma delas. Tanto a AP/Dow Jones quanto o Bloomberg News Service indicavam uma outra fonte para a valorização do papel, provavelmente mais forte: a aprovação do programa econômico do presidente Bill Clinton pelo Senado na última sexta-feira.

A AP/Dow Jones indica também que um oficial do governo brasileiro negou a compra ontem. Uma fonte do Ministério da Fazenda disse recentemente a este

jornal que o governo brasileiro quer adquirir os bônus diretamente do Departamento do Tesouro porque umas poucas instituições controlam os preços desses bônus nos EUA, e podem infligir severos custos adicionais ao Brasil.

O problema é que o Departamento do Tesouro está restringindo, e não ampliando, sua oferta dos papéis. Recentemente o governo Clinton anunciou que vai diminuir os leilões desses bônus, de quatro vezes por ano (uma por trimestre) para duas vezes (uma por semestre).

Ontem o bônus de 30 anos ganhou um quarto de ponto no início do dia e fechou sete oitavos de ponto acima do fechamento na sexta-feira, a US\$ 8,75 por cada bônus de US\$ 1 mil. O retorno por consequência caiu para 6,46% pela primeira vez desde que os bônus começaram a ser leiloados em 1977, fechando a 6,47%, para quebrar o recorde de 6,51% na sexta.

O aumento do preço, e queda no retorno, é típico das situações em que existem grandes demandas, e aconteceu também quando o governo argentino teve de comprar bônus no mercado secundário. Quando os argentinos anunciaram que tentariam comprar o papel através de uma emissão especial do Tesouro dos EUA, aconteceu o contrário: diminuiu o preço e consequentemente aumentou o retorno.

Diz Anjli Bathia do Morgan que a estimativa do dinheiro que falta para a compra dos bônus colaterais do Brasil aumentou. Já na sexta-feira, com o aumento do preço, ele dizia que o País teria de entrar com US\$ 1,4 bilhão a mais para compra do papel, vindo de uma estimativa de US\$ 790 milhões a mais feita em meados de julho. Esse dinheiro que falta vem de uma combinação do aumento do preço dos bônus do Tesouro dos EUA e uma grande alocação dos credores para o Bônus Par, menos a redução no desembolso inicial de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 2,8 bilhões.